



ie madeira
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA
DO MADEIRA

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO - 2012**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

CONTEÚDO

Relatório da Administração.....	03
Balanco Patrimonial - Ativo.....	21
Balanco Patrimonial - Passivo.....	22
Demonstrações dos Resultados.....	23
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	24
Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido.....	25
Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	26
Demonstrações do Valor Adicionado.....	27

Notas Explicativas:

1 Contexto Operacional e Concessões.....	28
2 Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Práticas Contábeis.....	30
3 Novas Normas e Interpretações Contábeis.....	46
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	47
5 Aplicações Financeiras.....	47
6 Contas a Receber (Ativo de Concessão).....	48
7 Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.....	49
8 PIS e COFINS Diferido.....	54
9 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido.....	54
10 Parcelamento Tributário.....	54
11 Patrimônio Líquido.....	56
12 Receita Operacional Líquida.....	58
13 Custos dos Serviç�os de Construção e Despesas Gerais, Administrativas e Honorários da Administração.....	59
14 Receitas e Despesas Financeiras.....	60
15 Instrumentos Financeiros.....	61
16 Seguros.....	66
17 Transações com Partes Relacionadas.....	67
18 Provisões para Demandas Judiciais.....	67
19 Impactos Lei 12.783/13.....	68
Composição dos órgãos da Administração.....	69
Parecer dos Auditores Independentes.....	70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2012

Senhores Acionistas,

A Administração da **INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A. (IE Madeira)**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

Durante o exercício de 2012 a IE Madeira deu continuidade aos investimentos para a realização das obras de implantação das Instalações de Transmissão dos Lotes “D” e “F”, vinculadas ao Leilão ANEEL nº 007/2008, do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira.

Os investimentos realizados no ano de 2012, no montante de R\$ R\$ 1.106,8 milhões, que somados aos investimentos efetuados até 2011 atingem o total acumulado de R\$ 2.662,3 milhões, representando aproximadamente 79% do total de investimentos previstos para a conclusão total do empreendimento.

Esses investimentos permitiram que o empreendimento apresentasse no final do exercício de 2012 os seguintes percentuais de realização física das obras: Lote “D” 88,6%; e Lote “F”, 58,3% para Conversora Porto Velho e 60% para a Inversora Araraquara 2.

Relativamente à obtenção dos recursos necessários para a implantação do empreendimento, destacamos que no ano de 2012 foi concluída a contratação dos financiamentos de longo prazo, no montante total de R\$ 2.126,2 milhões. No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES o financiamento contratado atingiu o valor de R\$ 1.859,2 milhões, com prazo de 16 anos. No Banco da Amazônia S.A. o financiamento de longo prazo contratado, com recursos do FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, tem o valor total de R\$ 267 milhões, com prazo de 20 anos.

Os acionistas integralizaram no ano de 2012 o montante de R\$ 276 milhões de capital próprio no empreendimento, acumulando R\$ 956 milhões de recursos já aportados desde início do empreendimento.

Considerando os financiamentos de longo prazo contratados e os recursos de capital próprio dos acionistas já integralizados atingimos o volume de recursos de longo prazo captados para a implantação do empreendimento de R\$ 3.082,2 milhões, equalizando a maior parte das necessidades para a sua conclusão.

Além dos financiamentos de longo prazo a IE Madeira possui dívida de curto prazo, com vencimento em março de 2013, com saldo a pagar de R\$ 355 milhões referente à 3ª emissão de Notas Promissórias. Para a liquidação desta dívida de curto prazo a IE Madeira está avaliando a emissão de Debêntures de Infraestrutura, de longo prazo (12 anos), de acordo com a Lei 12.431 de 24 de junho de 2011, no montante de até R\$ 350 milhões, cuja a emissão já está autorizada pelo BNDES.

Relativamente à conclusão das obras dos Lotes “D” e “F”, a previsão de entrada em operação comercial para o Lote “D” é 30 de abril de 2013 e para o Lote “F” é 31 de agosto de 2013.

Ciente da relevante importância para o sistema elétrico brasileiro da entrada em operação comercial das Instalações de Transmissão a serem implantadas pela IE Madeira, considerando sua inserção no Complexo do Madeira, sua Administração reafirma o compromisso de envidar todos os esforços para a sua conclusão com qualidade e no menor prazo possível.

1. Práticas Contábeis ao IFRS

As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 2012 estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards - IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Neste processo de convergência das normas internacionais de contabilidade, destacaram-se a aplicação do Pronunciamento Contábil que versa sobre a contabilização da Concessão de Serviços Públicos - ICPC 01, bem como a desconsideração do reconhecimento contábil dos ativos e passivos regulatórios.

Em 23 de fevereiro de 2010, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL editou a Resolução Normativa nº 396, instituindo a contabilidade regulatória, a qual passou a produzir efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011.

Desse modo, além da contabilidade societária já destacada acima, a IE Madeira irá realizar, até 30 de abril de 2013, em atendimento ao Despacho ANEEL nº 155, de 23 de janeiro de 2013, registros e demonstrativos contábeis auditados para o órgão regulador.

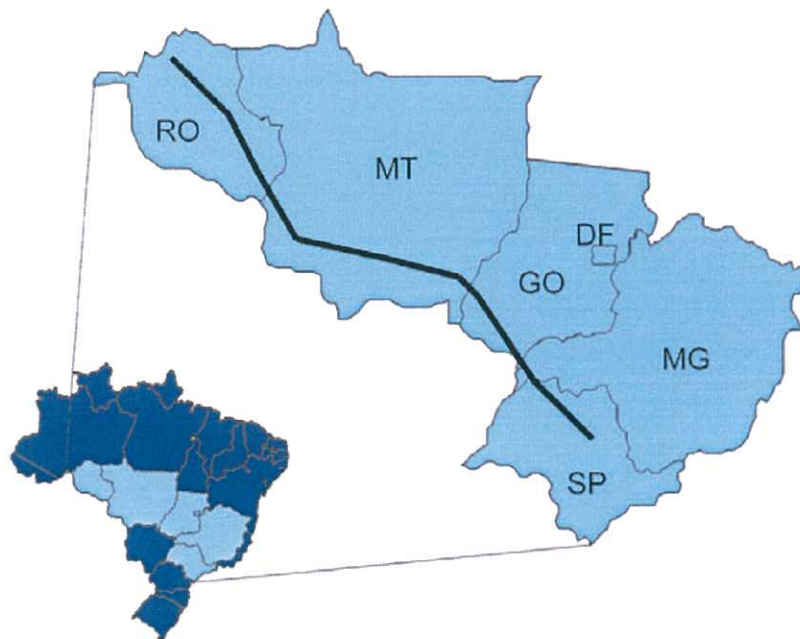
2. Perfil da IE MADEIRA

A IE Madeira é uma Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica atuando no setor de transmissão, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, sendo responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão integradas à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, pelo período de 30 (trinta) anos contados da data de assinatura dos Contratos de Concessão, com vencimento em 26 de fevereiro de 2039, especificamente das instalações de:

- (i) Uma Linha de Transmissão, em Corrente Contínua, em ± 600 kV, Circuito Simples, com extensão aproximada de 2.375 km, com origem na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia e término na subestação Inversora Araraquara 2, no Estado de São Paulo; e

- (ii) Duas Subestações, compostas pela Estação Retificadora de Corrente Alternada em 500 kV para Corrente Contínua em ± 600 kV, com capacidade de 3.150 MW, localizada na Subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia e pela Estação Inversora de Corrente Contínua em ± 600 kV para Corrente Alternada em 500 kV com capacidade de 2.950 MW, localizada na Subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo.

Estas instalações de transmissão, integrantes do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira correspondem aos Lotes “D” e “F” do Leilão ANEEL nº 007/2008. A Linha de Transmissão atravessará 82 municípios em cinco Estados: Rondônia, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo.



3. Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira

As Instalações de Transmissão a serem implantadas pela IE Madeira fazem parte do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira, que adicionará uma capacidade de transmissão de aproximadamente 6.600 MW ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Do ponto de vista de geração de energia elétrica, o Brasil necessitará de um incremento anual de oferta da ordem de 3.300 MW médios no período de 2011 a 2015, segundo cálculos da ANEEL.

O Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira, cujo prazo de conclusão é em 2015, visa atender parte dessa demanda. É composto pelas Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, com capacidade de 6.600 MW de potência e aproximadamente 4.000 MW de energia firme, cuja energia será adicionada ao Sistema Interligado Nacional - SIN por duas principais Linhas de Transmissão de aproximadamente 2.375 km, duas Subestações e outras Instalações de Transmissão complementares.

Para mensurar a relevância deste Empreendimento, sua energia será suficiente para atender a demanda de 50% de todas as residências do Brasil.

O Empreendimento do Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira é a maior obra em execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal.

Para implantação das Linhas de Transmissão a licitação da ANEEL apresentava duas alternativas: Corrente Contínua ou Corrente Alternada. A opção pela tecnologia de Corrente Contínua se apresentou como a mais viável do ponto de vista econômico, por ser a alternativa da menor Receita Anual Permitida - RAP, requerida pelos Empreendedores.

A tecnologia de Corrente Contínua é utilizada para a transmissão de energia em longas distâncias e, atualmente, no Brasil é aplicada apenas na Linha de Transmissão da energia produzida pela Usina de Itaipu. A Linha de Transmissão de Itaipu tem aproximadamente 850 km de extensão.

4. Implantação do Empreendimento

Em 26 de fevereiro de 2009 foram assinados:

- (i) o Contrato de Concessão n° 013 - ANEEL referente ao Lote “D”, com prazo para a construção de 36 (trinta e seis) meses; e
- (ii) o Contrato de Concessão n° 015 - ANEEL referente ao Lote “F”, com prazo para a construção de 50 (cinquenta) meses.

As realizações desses empreendimentos demandarão investimentos da ordem de R\$ 3.377,5 milhões, garantindo Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 328 milhões por ano (base novembro/2008), reajustada anualmente pelo IPCA, representando atualmente R\$ 415 milhões.

Durante o período de realização das obras de implantação do empreendimento, os investimentos para as instalações de transmissão da IE Madeira têm estimativa de geração de 8.500 empregos diretos e aproximadamente 35.000 empregos indiretos.

A Linha de Transmissão da IE Madeira, em corrente contínua, com aproximadamente 2.375 km de extensão é a maior linha em extensão já construída no Brasil, estando entre as maiores do mundo.

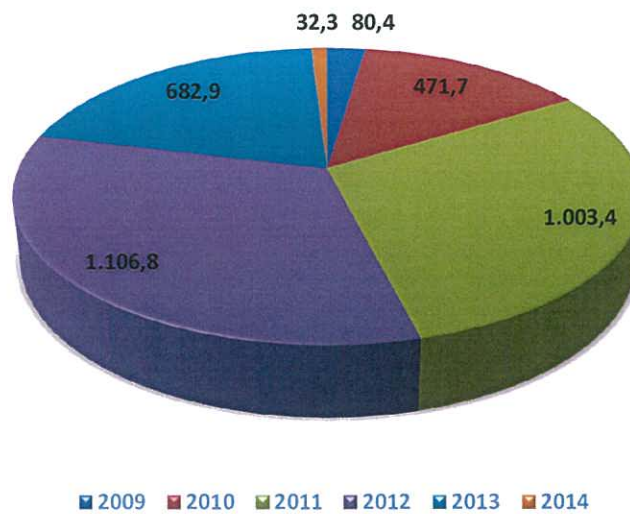
a. Investimentos Previstos na Execução das Obras

No ano de 2012, os investimentos contabilizados para construção do Empreendimento dos Lotes “D” e “F” foram de R\$ 1.106,8 milhões, totalizando o investimento acumulado de R\$ 2.662,3 milhões.

O Orçamento Plurianual 2013 a 2015, aprovado pelo Conselho de Administração, prevê para a conclusão do projeto, investimentos adicionais da ordem de R\$ 715,2 milhões.

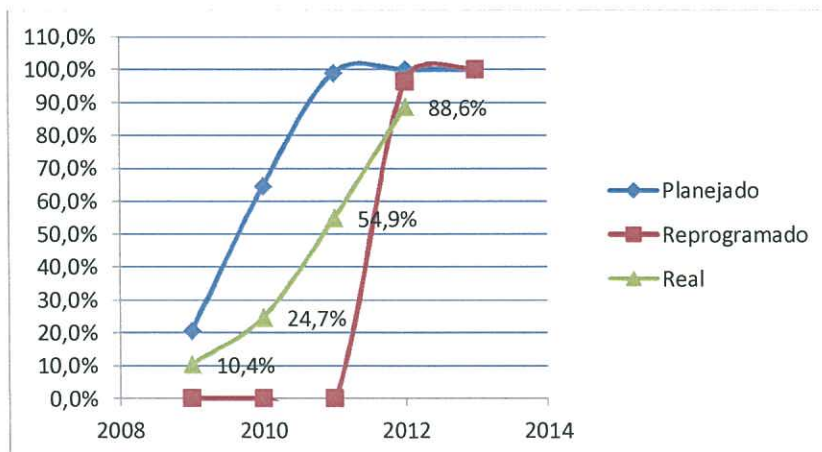
Desta forma, os investimentos totais para a conclusão dos Lotes “D” e “F” são estimados em R\$ 3.377,5 milhões, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Investimentos de 2009 até 2014
Em milhões de reais



b. Construção da Linha de Transmissão

i. Estágio Geral da Construção da Linha de Transmissão

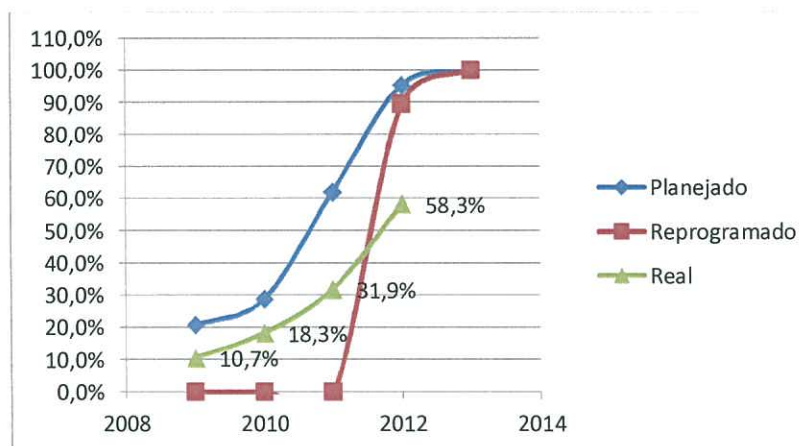


ii. Estágio das Principais Atividades de Construção da Linha de Transmissão

Descrição	%
Fundações	
Escavação	98,8
Concretagem	98,3
Reaterro	97,7
Montagem de Estruturas	
Montagem e Revisão	87,4
Lançamentos de Cabos	
Para-raio	65,3
OPGW	44,1
Condutor	59,3

c. Construção da Subestação – Porto Velho

i. Estágio Geral das Construções das Subestações

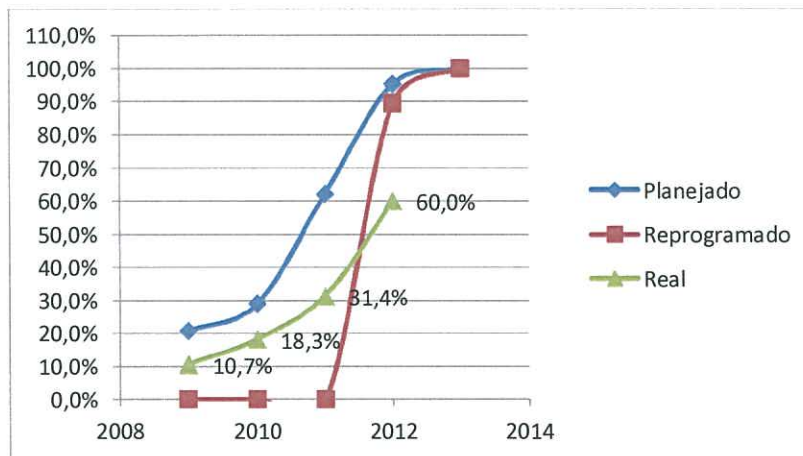


ii. Estágio das Principais Atividades das Construções das Subestações

Descrição	%
Fornecimento de Equipamentos e Materiais	79,5
Engenharia	90,8
Obras Cíveis	57,8
Montagem Eletromecânica	9,2

d. Construção da Subestação – Araraquara

i. Estágio Geral das Construções das Subestações



ii. Estágio das Principais Atividades das Construções das Subestações

Descrição	%
Fornecimento de Equipamentos e Materiais	83,8
Engenharia	88,7
Obras Civas	57,9
Montagem Eletromecânica	8,5

A entrada em operação comercial das instalações dos Lotes “D” e “F” ocorrerá após as datas previstas nos Contratos de Concessão, celebrados junto ao Poder Concedente (Lote “D”, data contratual em 26 de fevereiro de 2012; e Lote “F”, data contratual em 26 de abril de 2013). Este atraso na energização decorre primordialmente pelo tempo demandado na emissão das licenças ambientais, que consumiram 27 meses para o Lote “D”, sendo que a previsão inicial era de 12 meses; e para o Lote “F” a emissão das licenças foram apenas concluídas em 05 de dezembro de 2012.

e. Licenciamento Ambiental

O processo de licenciamento ambiental teve início formal junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em janeiro de 2009, com a solicitação de definição do Termo de Referência - TR, o qual estabelece o escopo do Estudo de Impacto Ambiental - EIA.

Em 29 de novembro de 2010, o Empreendimento foi considerado ambientalmente viável, cuja manifestação se deu com a expedição pelo IBAMA da Licença Previa (LP) nº 380/2010 e o Parecer Técnico nº 100/2010 pelo IBAMA, ambos relativos ao Empreendimento.

Posteriormente, em 08 de junho de 2011, o IBAMA expediu a Licença de Instalação nº 800/2011, autorizando o início das obras de construção da Linha de Transmissão.

No decorrer de 2012 continuaram os trabalhos de implantação dos 27 (vinte e sete) Programas Socioambientais ligados às obras e conservação do meio ambiente.

Dentre os 27 (vinte e sete) Programas Socioambientais, destacamos o Programa de Gestão Ambiental, onde são locados 08 (oito) Gestores Ambientais a cada 300 km, cujo objetivo é garantir o atendimento do Projeto Básico Ambiental, bem como das condicionantes ambientais da Licença de Instalação.

Em dezembro de 2011 foi protocolado no IBAMA o 1º Relatório Semestral de Atendimento à Licença de Instalação nº 800/2011, mais 2 Relatórios Semestrais foram encaminhados ao IBAMA em 2012, demonstrando a evolução da implantação dos Programas Socioambientais.

Com a previsão de finalização do empreendimento em 2013, a IE Madeira já entrou com processo de requerimento do pedido definitivo da Licença de Operação, bem como a anuência dos órgãos intervenientes no processo.

Quanto ao lote “F”, o IBAMA emitiu em 05 de dezembro de 2012 as Licenças de Instalação nº 899/2012 e 900/2012, autorizando desta forma a implantação das Linhas de Transmissão dos Eletrodos de Terra e respectivos Eletrodos de Terra de Porto Velho e Araraquara 2.

f. Gestão Fundiária

Para a implantação da Linha de Transmissão é necessária à obtenção de anuência dos proprietários para passagem em suas terras, que se dá formalmente pela Instituição Administrativa da Servidão da Área de Passagem da Linha de Transmissão.

Em 2010 a ANEEL expediu a respectiva Declaração de Utilidade Pública - DUP, que declara de utilidade pública as áreas necessárias à implantação da Linha de Transmissão.

Para tanto, de um total de 3.011 propriedades transpassadas pela Linha de Transmissão, a IE MADEIRA providenciou a formalização de contratos de instituição de servidão - Administrativa/Amigável em 2.352 propriedades, ou obteve a concordância judicial para construção em 659 propriedades.

5. Composição Acionária

Para participar do Leilão nº 007/2008 - ANEEL foi constituído o Consórcio Madeira Transmissão, com a participação da CTEEP com 51,0%, FURNAS com 24,5% e CHESF com 24,5%.

Os Acionistas da IE MADEIRA são grandes empresas brasileiras do Setor de Energia Elétrica. No segmento de transmissão de energia elétrica, onde atua a IE Madeira, seus acionistas operam cerca de 50.000 km de Linhas de Transmissão:

- (i) **CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista**, tem a tarefa de operar uma das mais importantes malhas de transmissão do País, composta por um complexo sistema elétrico de 12.271 km de extensão de linhas de transmissão, que totalizam 18.698 km de circuitos de transmissão, 105 subestações, em todo o Estado de São Paulo, com 498 transformadores em operação, totalizando uma capacidade de transformação instalada de 43.223 MVA e 2.488 km de fibra óptica; Participa em outros empreendimentos de expansão da transmissão de energia elétrica no Brasil, através de participações em Sociedades de Propósito Específico (SPE);
- (ii) **FURNAS - Centrais Elétricas S.A.**, atua há mais de 50 anos nas áreas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. A Empresa garante o fornecimento de energia em uma região onde estão situados 51% dos domicílios brasileiros e que responde por 65% do PIB nacional. De toda energia consumida no Brasil, mais de 40% passam pelo Sistema FURNAS. A participação da Empresa no suprimento é de 97% no Distrito Federal; 92% no Rio de Janeiro; 91% em Mato Grosso; 81% no Espírito Santo; 61% em Goiás; 58% em São Paulo; 45% em Minas Gerais; e 16% no Tocantins. Conta, hoje, com um complexo de doze usinas hidrelétricas, duas termelétricas, mais de 19 mil km de linhas de transmissão e 49 subestações.

A capacidade instalada da Empresa é de 10.050 MW, o que representa aproximadamente 10% da geração do País, sendo 7.971 MW instalados em usinas próprias e 2.079 MW em parceria com a iniciativa privada ou em sociedades de propósito específico. Através de cinco linhas de transmissão, que cruzam 900 km desde o Estado do Paraná até São Paulo, FURNAS transporta 14.000 MW gerados pela Usina Hidrelétrica de Itaipu; e

- (iii) **Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF**, conta com um sistema de transmissão, cujas primeiras instalações tiveram operação iniciada em 1954, abrange os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. É composto por 18.468 km de linhas de transmissão em operação, 83 subestações e 15 subestações elevadoras, totalizando uma capacidade de transformação de 41.558 MVA. No segmento de geração de energia elétrica possui 10.618 MW de potência instalada, correspondente a 12% do Brasil, sendo composto por 14 usinas hidrelétricas, supridas através de 9 reservatórios com capacidade de armazenamento máximo de 52 bilhões de m³ d'água e 1 usina térmica bicomustível com 350 MW de potência instalada.

Cabe ressaltar que, CHESF e FURNAS são sociedades de economia mista vinculadas à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, controlada pelo Governo Federal.

A CTEEP é uma empresa privada de capital aberto, controlada pela empresa ISA Capital do Brasil S.A. (ISA Capital), sociedade brasileira controlada pela empresa colombiana Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (ISA).

6. Administração

A IE Madeira é administrada por um Conselho de Administração e por duas Diretorias.

O Conselho de Administração é formado por 4 membros titulares e igual número de suplentes, sendo 1 Presidente, 1 Vice Presidente e mais 2 Conselheiros, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 2 anos.

A Diretoria é constituída por dois Diretores eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos, sendo um Diretor Administrativo e Financeiro e um Diretor Técnico, os quais exercem suas funções nos termos das atribuições estabelecidas no Estatuto Social.

7. Benefícios Fiscais na Fase de Implantação

a. REIDI

Os projetos em implantação pela IE Madeira foram enquadrados no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI, nos termos da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, conforme as Portarias nºs 164 e 165, de 03 de abril de 2009, publicadas pelo Ministério de Minas e Energia e Atos Declaratórios Executivos - ADEs nºs 116 e 117, da 7ª Região Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, publicados em 02 de junho de 2009.

De acordo com artigo 4º, inciso I, da Lei nº 11.488/07, fica suspensa a exigência das contribuições do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a aquisição de bens e prestação de serviços destinados às obras de infraestrutura para incorporação ao ativo imobilizado, efetuada por pessoa jurídica estabelecida no País, quando os referidos bens e serviços forem prestados à pessoa jurídica beneficiária do REIDI.

b. ICMS

i.Mato Grosso

Em 21 de outubro de 2010 foi publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso a adesão da IE Madeira ao Fundo Partilhado de Investimentos Sociais - FUPIS, reduzindo a base de cálculo do ICMS em 70% (setenta por cento) nas operações e prestações com bens, mercadorias e serviços originários das regiões Sul e Sudeste.

ii.Rondônia

Em 20 de julho de 2012 foi assinado o Termo de Acordo com o Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado de Finanças Coordenadoria da Receita Estadual - SEFIN-RO, ratificado pelo Parecer nº 481/0212/GETRI/CRE/SEFIN, concedendo o benefício referente à aplicação da alíquota de 2% de imposto concernente ao diferencial de alíquota do ICMS.

Através do Decreto nº 17.139 de 24 de setembro de 2012 a Secretaria de Estado de Finanças Coordenadoria da Receita Estadual - SEFIN-RO alterou a aplicação da alíquota de 2% para 4% de imposto concernente ao diferencial de alíquota do ICMS.

iii.São Paulo

Conforme disposto na Resolução SF nº 04, de 16 de janeiro de 1998, atribui-se alíquota de 12% aos implementos e tratores agrícolas, máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e produtos da indústria de processamento eletrônico de dados destinados a integrar o ativo imobilizado.

A IE Madeira enquadrou os Transformadores de Dielétricos Líquidos, conforme disposto na referida Resolução, obtendo o enquadramento da tributação a alíquota de 12%.

c. ISS - Termo de Acordo

A IE Madeira celebrou com 69 (sessenta e nove) municípios por onde transpassa a Linha de Transmissão o “Termo de Acordo para Pagamento do ISS”, cujo objeto é: (i) aplicação da alíquota efetiva, prevista na legislação; (ii) exclusão da base de cálculo do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza da parcela referente a material; e (iii) parcelamento do pagamento, pelo prazo de execução das obras. Para os demais municípios os pagamentos estão sendo efetuados quando da emissão dos documentos fiscais correspondentes.

d. IPI e Imposto de Importação - SUFRAMA

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) é uma autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que administra a Zona Franca de Manaus - ZFM, com a responsabilidade de construir um modelo de desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A política tributária vigente na Zona Franca de Manaus (Amazônia Ocidental) é diferenciada do restante do país, oferecendo benefícios locacionais, objetivando minimizar os custos adicionais de implantação de projetos na região amazônica. Relativamente a SUFRAMA, a IE Madeira obteve a homologação dos seguintes benefícios tributários:

- i. Isenção do Imposto de Importação – II, por meio da Portaria Interministerial nº 300, algumas classificações fiscais (NCM - Nomenclatura de Classificação de Mercadoria) possui a isenção deste tributo;

- ii. Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, também por meio da Portaria Interministerial nº 300, possui isenção para materiais, equipamentos nacionais e importados.

e. Regime Ex-Tarifário para a Aquisição de Equipamentos

O regime de Ex-tarifário é um mecanismo para redução de custo na aquisição de bens de capital, que consiste na redução temporária do Imposto de Importação desses bens quando não houver a produção nacional.

A concessão do regime é dada por meio de Resolução da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, após parecer do Comitê de Análise de Ex-Tarifários - CAEX.

A IE Madeira pleiteou a aplicação do “Ex-tarifário” para NCM's - Nomenclatura e Classificação de Mercadorias específicas (Válvulas e Bucha Passa-Muro) de modo a obter redução dos impostos a seguir:

- i. Imposto de Importação de 14% para 2%;
- ii. IPI de 5% para zero;
- iii. ICMS poderá ser exonerado devido a não similaridade de produção nacional, descrita pelo Ex-tarifário.

Como resultado obtivemos aprovação do Ex-tarifário para as Válvulas, por meio da Resolução Camex nº 47, de 05 de julho de 2012.

8. Desempenho Econômico-Financeiro

A principal fonte de receita da IE Madeira é proveniente do uso do Sistema de Transmissão pelas Concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica.

As receitas em 2012 e 2011 estão relacionadas aos serviços de construção conforme determinação do International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC 12.

Em consequência desta nova prática contábil, no exercício de 2012 as receitas brutas de construção atingiram R\$ 1.610.444 mil que, após as deduções dos tributos, resultou em receita operacional líquida de R\$ 1.461.478 mil.

O custo operacional da IE Madeira, no montante de R\$ 1.150.241 mil em 2012, é composto por materiais, equipamentos e os serviços relacionados à Construção da Linha de Transmissão e Subestações.

No mesmo sentido, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social no montante de R\$ 172.833 mil em 2012, considera os efeitos das despesas operacionais e o resultado financeiro.

Considerando o impacto do IFRIC 12 na elaboração das Demonstrações Financeiras e o atual estágio do projeto que encontra-se em sua fase pré operacional, a Administração da IE Madeira irá propor aos seus Acionistas a retenção do lucro líquido apresentado pela da empresa em 2012, no valor de R\$ 114.094 mil, deduzidos da Reserva Legal de R\$ 5.705 mil, resultando na retenção de R\$ 108.389 mil.

9. Responsabilidade Socioambiental

Com o intuito de mitigar e compensar os impactos decorrentes da implantação do Empreendimento, como parte do processo de Licenciamento Ambiental, a IE Madeira protocolou no IBAMA o Projeto Básico Ambiental (PBA), o qual possui 27 (vinte e sete) programas ambientais a serem atendidos, conforme relacionados abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental;
2. Plano Ambiental para a Construção;
3. Programa de Prevenção e Controle de Processos Erosivos;
4. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
5. Programa de Contratação de Mão de Obra;
6. Programa de Supressão de Vegetação;
7. Programa de Segurança no Trânsito e Mobilidade Urbana;
8. Programa de Acompanhamento dos Processos Minerários;
9. Programa de Instituição da Faixa de Servidão;
10. Programa de Arqueologia Preventiva;
11. Programa de Detecção e Avaliação de Cavidades Naturais Subterrâneas;
12. Programa de Preservação de Sítios Paleontológicos;
13. Programa de Monitoramento da Flora;
14. Programa de Conservação da Flora;
15. Programa de Reposição Florestal;
16. Programa de Monitoramento da Fauna;
17. Programa de Afugentamento, Resgate e Manejo de Fauna;
18. Programa de Prevenção de Acidentes com a Fauna;
19. Programa de Vigilância Epidemiológica;
20. Programa de Gestão da Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho;

CNPJ:10.562.611/0001-87

21. Programa de Educação Ambiental;
22. Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores;
23. Programa de Comunicação Social - Linha de Transmissão;
24. Programa de Comunicação Social - Eletrodos;
25. Plano de Ação para as Comunidades Quilombolas;
26. Projeto Básico Ambiental Indígena; e
27. Programa de Compensação Ambiental.

Deve ser destacado, ainda, que o processo de obtenção da Licença de Operação é verificada a correta execução do estabelecido no PBA, bem como no cumprimento das condicionantes ambientais. Neste cenário, a IE Madeira providenciou a contratação dos serviços de gestão ambiental, o qual conta com engenheiros florestais que atuam na fiscalização da implantação do Empreendimento, identificando desvios e propondo medidas corretivas.

10. Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a IE MADEIRA informa que não possui outros contratos com seus Auditores Independentes que não estejam relacionadas com a auditoria das Demonstrações Contábeis.

11. Encerramento e Agradecimentos

A Administração da IE Madeira, ciente de seu papel de estar participando da construção de um importante Empreendimento para o setor de energia elétrica do Brasil, agradece a confiança de seus acionistas, fornecedores e colaboradores.

A Administração

Balanco Social Anual / 2012

1 - Base de Cálculo	2012 Valor (Mil reais)			2011 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	1.461.478			1.128.185		
Resultado operacional (RO)	172.833			76.534		
Folha de pagamento bruta (FPB)	5.947			5.292		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	194	3,26%	0,01%	173	3,27%	0,02%
Saúde	284	4,78%	0,02%	223	4,21%	0,02%
Outros	65	1,09%	0,00%	53	1,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	543	9,13%	0,04%	449	8,48%	0,04%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Tributos (excluídos encargos sociais)	97.057	56,16%	6,64%	18.534	24,22%	1,64%
Total - Indicadores sociais externos	97.057	56,16%	6,64%	18.534	24,22%	1,64%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%			(x) não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2012			2011		
Nº de empregados(as) ao final do período	32			29		
Nº de admissões durante o período	9			20		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	13			16		
Nº de estagiários(as)	2			2		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	11			9		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	13			12		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0,00%			25,00%		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania em presarial	2012			2011		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	2.737%			2.737%		
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2012: 468.268			Em 2011: 258.928		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	44% Governo			55% Governo		
	30% Terceiros			24% Terceiros		
	25% Retido			19% Retido		
	1% Colaborador			2% Colaborador		

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Ativo

	Nota	2012	2011
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	4	1.418	51.253
Aplicações Financeiras.....	5	187.936	6.621
Contas a Receber (Ativo da Concessão).....	6	134.299	-
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	15.b	3.635	4.402
Impostos a Recuperar.....		5.295	-
Despesas pagas Antecipadamente.....		1.032	2.496
Outras Contas a Receber.....		107	132
		333.722	64.904
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Contas a Receber (Ativo da Concessão).....	6	3.379.861	1.903.716
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	1.324
Impostos a Recuperar.....		-	3.972
Imobilizado.....		202	253
Intangível.....		192	101
		3.380.255	1.909.366
Total do Ativo.....		3.713.977	1.974.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Passivo

	Nota	2012	2011
Circulante			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.....	7	373.813	1.017.132
Fornecedores.....		35.494	68
Partes Relacionadas.....	17	729	3.817
Obrigações Trabalhistas e Contribuições Sociais.....		278	304
Tributos a Recolher.....		9.891	1.497
PIS e COFINS Diferidos.....	8	12.423	-
Parcelamento Tributário.....	10	3.929	-
Provisões para Demandas Judiciais.....	18	1.635	-
Outras Contas a Pagar.....		888	3.940
		439.080	1.026.758
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
PIS e COFINS Diferidos.....	8	312.637	176.094
Financiamentos.....	7	1.727.637	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	9	89.799	31.060
Parcelamento Tributário.....	10	13.336	-
Provisões para Demandas Judiciais.....	18	1.036	-
		2.144.445	207.154
Patrimônio Líquido			
Capital Social.....	11.a	956.000	680.000
Reserva Legal.....	11.b	8.724	3.019
Reserva Especial.....	11.b	41.432	14.335
Reserva de Lucros.....	11.b	124.296	43.004
		1.130.452	740.358
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido.....		3.713.977	1.974.270

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Nota	2012	2011
Receita Operacional Líquida.....	12	1.461.478	1.128.185
Custo dos Serviços de Construção.....	13	(1.150.241)	(1.002.446)
Lucro Bruto.....		311.237	125.739
Despesas Operacionais			
Gerais, Administrativos e Honorários da Administração.....	13	(16.527)	(8.257)
Receitas Financeiras.....	14	16.893	20.457
Despesas Financeiras.....	14	(138.770)	(61.405)
		<u>(138.404)</u>	<u>(49.205)</u>
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social..		172.833	76.534
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos.....	9	(58.739)	(25.998)
Lucro Líquido do Exercício.....		114.094	50.536
Lucro por Ação Básico e Diluído (em Reais).....	11.c	0,14	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	<u>Nota</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro Líquido do Exercício.....		114.094	50.536
Resultado Abrangente do Exercício.....		114.094	50.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros (Expansão)	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2010.....		241.499	492	2.333	6.997	-	251.321
Integralização do Capital Social.....	11.a	438.501	-	-	-	-	438.501
Lucro Líquido do Exercício.....	11.b	-	-	-	-	50.536	50.536
Constituição de Reserva Legal.....	11.b	-	2.527	-	-	(2.527)	-
Reserva Especial.....	11.b	-	-	12.002	-	(12.002)	-
Reserva de Expansão.....	11.b	-	-	-	36.007	(36.007)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2011.....		680.000	3.019	14.335	43.004	-	740.358
Integralização do Capital Social.....	11.a	276.000	-	-	-	-	276.000
Lucro Líquido do Exercício.....	11.b	-	-	-	-	114.094	114.094
Constituição de Reserva Legal.....	11.b	-	5.705	-	-	(5.705)	-
Reserva Especial.....	11.b	-	-	27.097	-	(27.097)	-
Reserva de Expansão.....	11.b	-	-	-	81.292	(81.292)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012.....		956.000	8.724	41.432	124.296	-	1.130.452

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Nota	2012	2011
Das Atividades Operacionais			
Lucro antes dos Impostos sobre a Renda.....		172.833	76.534
Despesas (Receitas) Que Não Afetam o Caixa			
Depreciação.....		51	43
PIS e COFINS Diferidos.....	12	148.966	114.994
Instrumentos Financeiros Derivativos - Não Realizados.....	14	2.091	(5.726)
Juros e encargos sobre empréstimos e financiamentos - Não Realizados.....	7	16.525	48.091
Receita Aplicações Financeiras - Não Realizados.....	14	(988)	(6)
Receita Financeira.....	6	(193.449)	(84.383)
		146.029	149.547
(Aumento) Diminuição de Ativos			
Outras Contas a Receber.....		25	(317)
Despesas pagas Antecipadamente.....		1.464	(1.055)
Impostos a Recuperar.....		(1.323)	(2.308)
Contas a Receber (Ativo da Concessão).....	6	(1.416.995)	(1.158.796)
Aumento (Diminuição) de Passivos			
Fornecedores.....		35.426	33
Partes Relacionadas.....		(3.088)	3.227
Tributos a Recolher.....		8.394	1.311
Obrigações Trabalhistas e Contribuições Sociais.....		(26)	(1)
Parcelamento Tributário.....		17.265	-
Provisões para Demandas Judiciais.....		2.671	-
Outras Contas a Pagar.....		(3.052)	(5.106)
		(1.359.239)	(1.163.012)
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades Operacionais.....		(1.213.210)	(1.013.465)
Das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado e Intangível.....		(91)	(113)
Aplicações Financeiras.....		(186.948)	(6.615)
Rendimentos de Aplicações Financeiras.....	14	(1.533)	(5.699)
Recebimentos de Aplicações Financeiras.....		8.154	5.699
Caixa Líquido Utilizado pelas Atividades de Investimentos.....		(180.418)	(6.728)
Das Atividades de Financiamentos			
Integralização de Capital.....	11.a	276.000	438.501
Captações, Empréstimos, Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias.....	7	2.883.268	794.748
Pagamentos de Principal Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias.....	7	(1.760.541)	(180.000)
Juros Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias.....	7	104.240	7.264
Juros Financiamentos, Debêntures e Notas Promissórias Pagos.....		(159.174)	(7.264)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamentos.....		1.343.793	1.053.249
Aumento (Redução) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(49.835)	33.056
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Saldo no Início do Exercício.....		51.253	18.197
Saldo no Fim do Exercício.....		1.418	51.253
Variação no Caixa e Equivalentes de Caixa.....		(49.835)	33.056

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

CNPJ:10.562.611/0001-87

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	2012	2011
Geração do Valor Adicionado		
Receita de Construção.....	1.416.995	1.158.796
Receita Financeira.....	193.449	84.383
	1.610.444	1.243.179
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Material.....	639.011	753.320
Serviço de Terceiros.....	517.336	251.345
Outros.....	2.671	-
	1.159.018	1.004.665
Valor Adicionado Bruto.....	451.426	238.514
Retenções		
Quotas de Reintegração.....	51	43
Valor Adicionado Líquido.....	451.375	238.471
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Receitas Financeiras.....	16.893	20.457
Valor Adicionado Total a Distribuir.....	468.268	258.928
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta.....	3.784	3.569
Benefícios.....	795	480
FGTS.....	233	188
Outros.....	1.135	1.055
	5.947	5.292
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais.....	207.705	140.992
Remuneração de Capital de Terceiros		
Juros e Variações Monetárias e Cambiais.....	138.770	61.405
Arrendamentos e Aluguéis.....	1.752	703
	140.522	62.108
Constituição de Reservas.....	114.094	50.536
	468.268	258.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Em Milhares de Reais

1. Contexto Operacional e Concessões

Em 24 de outubro de 2008, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL publicou o Edital do Leilão 007/2008 - ANEEL, no qual constavam os lotes a serem licitados e as regras de participação do leilão para concessão das Subestações e das Linhas de Transmissão que serão responsáveis pelo escoamento da energia produzida pelas Usinas Hidrelétricas do Rio Madeira - Santo Antônio e Jirau.

Em 20 de outubro de 2008, a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, FURNAS - Centrais Elétricas S.A. e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF constituíram o Consórcio Madeira Transmissão, com o objetivo de disputar os lotes "D", "E" e "F" do Leilão 007/2008 - ANEEL.

Em 26 de novembro de 2008, em leilão realizado pela ANEEL na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e conduzido pela BM&F/BOVESPA, o Consórcio Madeira Transmissão foi o vencedor dos lotes D (LT Coletora Porto Velho - Araraquara 2) e F (Estação Retificadora nº 02 CA/CC, 500/±600 kV - 3.150 MW e Estação Inversora nº 02 CC/CA, ±600/500 kV - 2.950 MW).

Em 18 de dezembro de 2008, foi constituída a Interligação Elétrica do Madeira S.A. ("IE Madeira" ou "Companhia"), concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica atuando no setor de transmissão de energia elétrica, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Em 07 de janeiro de 2009 houve o deferimento da inscrição do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

A IE Madeira é uma sociedade de capital fechado, de direito privado, criada pelo Consórcio Madeira Transmissão, que é composto pelas empresas CTEEP (51,0%), FURNAS (24,5%) e CHESF (24,5%).

Em decorrência do leilão antes mencionado, em 26 de fevereiro de 2009 a IE Madeira celebrou dois contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica junto à ANEEL sendo:

- Contrato de Concessão n° 13/2009 - ANEEL tem como objeto o direito de explorar a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, composta pela primeira linha de transmissão de corrente contínua ± 600 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 2.375 km com origem na Subestação Coletora Porto velho, no Estado de Rondônia e término na Subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo, pelo prazo de 30 anos, com Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 176.249 mil, reajustado anualmente pelo IPCA e com revisão tarifária a cada 5 anos. O prazo para entrar em operação comercial é de 36 meses, contados a partir de 26 de fevereiro de 2009. A entrada em operação está prevista para 30 de abril de 2013 superando em 14 meses a data estabelecida no referido contrato de concessão; e
- Contrato de Concessão n° 15/2009 - ANEEL com Receita Anual Permitida - RAP de R\$ 151.788 mil, com prazo de 30 anos para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, composta pela estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ± 600 kV com capacidade de 3.150 MW localizada na Subestação Coletora Porto Velho e pela estação inversora corrente contínua em ± 600 kV para corrente alternada em 500 kV com capacidade de 2.950 MW localizada na Subestação Araraquara 2. O prazo para entrar em operação comercial é de 50 meses, contados a partir de 26 de fevereiro de 2009.

Todos os contratos de concessão acima preveem o direito de indenização no término de sua vigência.

A IE Madeira é responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, especificamente das instalações de duas subestações, compostas pela estação retificadora localizada em Porto Velho, e pela estação inversora localizada em Araraquara, além de uma Linha de Transmissão com extensão aproximada de 2.375 km, com origem na Subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia, e término na Subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo.

Estas obras fazem parte do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, que adicionará uma capacidade de transmissão de aproximadamente 6.300 MW ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$103.723 (R\$961.666 em 31 de dezembro de 2011) decorrente, principalmente, de endividamentos de curto prazo, assumidos para a construção, implantação e operacionalização dos contratos de concessão. Portanto, como forma de garantir a viabilidade financeira da IE Madeira, a Administração aguarda novas liberações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte conforme comprovação de seus gastos. Adicionalmente, a partir de maio de 2013, a Companhia deve contar com os recursos financeiros oriundos de suas operações (previstas para iniciarem em abril de 2013 – Linha de Transmissão e agosto 2013 - Subestação) e, caso seja necessário, terá suporte financeiro de seus acionistas.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Sumário das Práticas Contábeis

2.1 Bases de Elaboração e Apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Exceto quanto ao resultado do exercício, a Companhia não possui outros resultados abrangentes. Não há operação descontinuada, com isso a demonstração de resultado refere-se apenas às operações continuadas.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma informado, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 08 de fevereiro de 2013.

a. Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

b. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas e divulgação de passivos contingentes. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados relevantes estão relacionados aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo financeiro, determinação das receitas de construção, definição da taxa efetiva de juros do ativo financeiro, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas, quando existentes.

- **Contabilização de Contratos de Concessão (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01 e Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - OCPC 05)**

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de construção como ativo financeiro. O tratamento contábil para os contratos de concessão da Companhia e suas características estão demonstrados nas notas explicativas 2.2.b, 2.2.f, 2.2.p e 6.

- **Momento de Reconhecimento do Ativo Financeiro**

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo financeiro. O ativo financeiro de indenização será reconhecido quando a construção for finalizada, sendo incluído como remuneração dos serviços de construção.

- **Determinação da Taxa Efetiva de Juros do Ativo Financeiro**

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Esta taxa de juros é determinada por contrato de concessão, podendo ser fixa ou variar conforme novos investimentos. Se a entidade revisa as suas estimativas de pagamentos, receitas ou taxa de juros, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

- **Determinação das Receitas de Construção**

Quando a concessionária presta serviços de construção é reconhecida a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado, dessa forma, por consequência, apura margem de lucro. Na contabilização das receitas de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

- **Valor do ativo indenizável**

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição - VNR ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações Financeiras. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

2.2 Principais Práticas Contábeis

a. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Reconhecimento de Receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 (International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC 12 e OCPC 05). Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

As receitas da Companhia são:

- **Receita de Construção**

Refere-se aos serviços de construção das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme o estágio de conclusão das obras e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção, considerando que suas instalações são construídas através de contratos terceirizados com partes não relacionadas.

- **Receita Financeira**

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva, sobre o montante a receber da receita de construção. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro.

c. Tributos Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

O PIS e a COFINS diferidos incidem sobre a receita de construção e financeira que remunera o ativo financeiro. O recolhimento de tais tributos ocorrerá quando a Companhia tiver suas atividades em operação e ocorrer o efetivo faturamento da RAP e, conseqüente, a amortização do ativo financeiro.

d. Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

- **Classificação e mensuração**

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: Ativos Financeiros a Valor Justo por Meio do Resultado, Investimentos Mantidos até o Vencimento, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Empréstimos e Recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment* (*redução do valor recuperável do bem ativo*).

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado**

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado do exercício.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: **(i)** for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou **(ii)** no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou **(iii)** for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se: **(i)** tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou **(ii)** o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou **(iii)** fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e instrumentos financeiros derivativos.

- **Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento**

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

- **Ativos Financeiros Disponíveis para Venda**

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: **(i)** empréstimos e recebíveis; **(ii)** investimentos mantidos até o vencimento; ou **(iii)** ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificados para o resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

- **Empréstimos e Recebíveis**

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivo.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam, principalmente, o contas a receber (ativo de concessão).

- **Redução ao Valor Recuperável de Ativos Financeiros**

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Administração não identificou evidência objetiva de redução ao valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a constituição de provisão.

- **Baixa de Ativos Financeiros**

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Companhia. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Quando da baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber, e o ganho ou a perda acumulados será reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e acumulado no patrimônio. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não ocorreram baixas de ativos financeiros que impactaram os direitos contratuais.

- **Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

- **Instrumentos Derivativos e Atividades de Cobertura - Hedge**

Em 2011, a Companhia passou a utilizar instrumentos financeiros derivativos, designado à cobertura do risco de taxa de cambio para contratação de fornecimento de equipamentos para subestações, alumínio e cabos de alumínio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de cobertura (“*hedge*”) são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que a operação de derivativo é contratada, sendo reavaliados, subsequentemente, também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para que uma operação de *hedge* seja qualificada para contabilidade de hedge (*hedge accounting*) é necessário que os seguintes requisitos sejam atendidos:

- Para a data de início da operação, existe documentação formal da operação de cobertura, especificando sua classificação, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. Essa documentação deve incluir a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável; e
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de hedge accounting.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possui instrumentos derivativos classificados como *hedge* de valor justo, mas não utiliza a política de *hedge accounting*.

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, as mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge*, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

e. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo compromissadas.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Para uma melhor apresentação e adequação das práticas contábeis adotadas no Brasil, optamos por reclassificar o saldo de investimentos de curto prazo de caixa e equivalentes de caixa para aplicações financeiras, no valor de R\$ 6.621 em 31 de dezembro de 2011.

f. Contas a Receber (Ativo de Concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, incluem os valores a receber referentes aos serviços de construção e da receita financeira, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável, registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão, como já mencionado na Nota Explicativa 2.1, 2.2.b e 6.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber.

g. Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando o tempo da vida útil econômica estimado dos bens.

Adicionalmente, os efeitos de depreciação decorrentes da primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, conforme determinado pelo ICPC 10, não foram considerados relevantes pela administração da Companhia.

h. Intangível

Representado, basicamente, pelos gastos incorridos com licenças de software, com vida útil econômica definida.

i. Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

j. Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

k. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

I. Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Administração não constituiu a obrigação de pagamento dos dividendos mínimos, em razão da Companhia estar em fase pré-operacional e, dessa forma, não apresentar geração de caixa operacional. O valor correspondente de dividendos mínimos desses exercícios, foram registrados, como reserva especial no patrimônio líquido.

m. Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e esta apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

n. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

o. Lucro por Ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por Ação.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Não há potenciais ações ordinárias diluidoras e, conseqüentemente, lucro por ação diluído.

p. Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)

A partir de 26 de fevereiro de 2009 a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão às previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- O concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e
- O concedente controle (por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma) qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 - Contratos de Construção e CPC 30 - Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo: serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento: **(i)** de valores preestabelecidos ou determináveis ou **(ii)** insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente.

A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluída como remuneração dos serviços de construção.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devido à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor de custo dos ativos ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo circulante e não circulante e como deduções da receita operacional bruta, nas demonstrações de resultados.

q. Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia não possui ajuste a valor presente.

3. Novas Normas e Interpretações Contábeis

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012.

Em relação à adoção dos pronunciamentos e interpretações listados abaixo, que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012, os mesmo não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2012. São eles:

- CPC 17 (R1) – Contratos de Construção;
- CPC 18 (R1) – Investimento em Controlada e em Coligada;
- CPC 30 (R1) – Receitas;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- CPC 35 (R2) - Demonstrações Separadas;
- CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação;
- ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos; e
- ICPC 09 (R1) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicações do Método de Equivalência Patrimonial.

Os pronunciamentos (novos ou revisados) e as interpretações listados a seguir, que foram emitidos pelo CPC, possuem aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. São eles:

- CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto;
- CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas;
- CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades;
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

A Companhia não adotou de forma antecipada os referidos pronunciamentos (novos ou revidados) e interpretações em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2012.

A Administração, com base em análises preliminares realizados até o presente momento, estima que a adoção desses pronunciamentos não impactarão de forma sigmificativa as demonstrações financeiras da Companhia 2013.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	% do CDI	2012	2011
Caixa e Banco.....		82	19
Operações Compromissada (*).	98,30%	1.336	51.234
		1.418	51.253

(*) As operações compromissadas são títulos privados ou públicos, registrados na CETIP, negociados pelos bancos com o compromisso de recompra, com taxas definidas, e prazos pré-determinados.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na Nota Explicativa 15 d.

5. Aplicações Financeiras

A Composição das aplicações financeiras são como segue:

Descrição	% do CDI	2012	2011
CDB.....	96% a 100%	187.936	6.621
		187.936	6.621

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

A análise da Administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juros, dentre outros, são divulgadas na Nota Explicativa 15 d.

6. Contas a Receber (Ativo de Concessão)

	2012	2011
Contas a Receber - Serviço de Construção.....	3.219.856	1.802.861
Juros a Receber - Serviço de Construção.....	294.304	100.855
	3.514.160	1.903.716
Circulante.....	134.299	-
Não Circulante.....	3.379.861	1.903.716

Refere-se ao valor a receber decorrente dos serviços de construção das linhas de transmissão de energia elétrica Coletora Porto Velho - Araraquara 2, Estação Retificadora nº 02 Porto Velho e a Estação Inversora nº 02 Araraquara. São remunerados à taxa efetiva de juros apurada para o contrato.

A movimentação do contas a receber é como segue:

Saldos em 31.12.2010.....	660.537
Receita de Construção (Nota Explicativa 12).....	1.158.796
Receita Financeira (Nota Explicativa 12).....	84.383
Saldos em 31.12.2011.....	1.903.716
Receita de Construção (Nota Explicativa 12).....	1.416.995
Receita Financeira (Nota Explicativa 12).....	193.449
Saldos em 31.12.2012.....	3.514.160

7. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Moeda Nacional	Taxa de Juros	Vencimento	Circulante		Não
			2012	2011	Circulante
			2012	2011	2012
BNDES (a).....	TJLP + 2,80% a.a.	15/01/2013	-	582.607	-
Debêntures (b).....	106,5% do CDI	15/09/2012	-	434.525	-
Notas Promissórias 3º Emissão - 1º Tranche (c).	106,5% do CDI	18/03/2013	61.157	-	-
Notas Promissórias 3º Emissão - 2º Tranche (d).	106,5% do CDI	18/03/2013	293.769	-	-
BNDES - Subcrédito "A" (e).....	TJLP + 2,42% a.a.	15/09/2029	18.887	-	1.189.853
BNDES - Subcrédito "B" (e).....	TJLP + 2,42% a.a.	15/02/2030	-	-	107.727
BNDES - Subcrédito "C" (e).....	2,50% a.a.	15/10/2022	-	-	224.492
FNO (f).....	10,0% a.a.	10/07/2032	-	-	205.565
			373.813	1.017.132	1.727.637

- a. Em 11 de agosto de 2010, foram assinados os contratos de financiamentos do BNDES nº 10.2.0561.1 e 10.2.0561.2, nos valores de R\$ 292.593 mil e R\$108.777 mil, respectivamente, perfazendo um limite de crédito de R\$ 401.370 mil. Os créditos foram liberados da seguinte forma: R\$ 163.000 mil, R\$ 110.000 mil, R\$ 37.750 mil, R\$ 36.700 mil, R\$ 40.000 mil e R\$ 13.920 mil, em 30 de agosto, 26 de outubro, 24 de novembro e 27 de dezembro de 2010, e em 27 de junho e 14 de dezembro de 2011, respectivamente. Este financiamento foi contratado com custo de TJLP + 2,80% a.a., com garantias de 100% de fiança bancária. Estes contratos foram quitados mediante o recebimento do crédito de financiamento de longo prazo do BNDES em 29 de novembro de 2012 vide (e).

Adicionalmente, em 14 de dezembro de 2011, a IE Madeira assinou contrato de empréstimo com o BNDES, no valor de R\$ 280.000 mil, desse total foram liberados R\$ 140.828 mil, R\$ 101.000 mil, R\$ 36.439 mil e R\$ 1.733 mil em 29 de dezembro de 2011, 27 de janeiro de 2012, 29 de março de 2012 e 15 de maio de 2012. Este financiamento foi contratado com custo de TJLP + 2,80% a.a., com garantias de 100% de fiança bancária. Este contrato foi quitado mediante o recebimento do crédito de financiamento de longo prazo do BNDES em 29 de novembro de 2012 vide (e).

- b. Em 05 de setembro de 2011, a IE Madeira emitiu 420 debêntures, Série Única, no valor unitário de R\$ 1 milhão cada (R\$ 420.000 mil no total), com taxa de juros de 106,5% do CDI e com vencimentos em 17 de setembro de 2012. Estas debêntures foram resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação da 3º emissão de Notas Promissórias vide (c).

- c. Em 17 de setembro de 2012, a IE Madeira emitiu 43 Notas Promissórias Comerciais referentes à 1ª tranche de sua 3ª emissão, no montante de R\$ 430.000 mil com valor nominal unitário de R\$ 10.000 mil, remuneração de 106,5% de CDI. Em 30 de novembro de 2012 foram liquidadas antecipadamente 37 Notas promissórias. Os títulos remanescentes (6 Notas Promissórias) tem vencimento em 18 de março de 2013.
- d. Em 24 de outubro de 2012, a IE Madeira emitiu 29 Notas Promissórias Comerciais referentes à 2ª tranche de sua 3ª emissão, no montante de R\$ 290.000 mil com valor nominal unitário de R\$ 10.000 mil, remuneração de 106,5% do CDI. Estas Notas Promissórias tem vencimento em 18 de março de 2013.
- e. Em 22 de novembro de 2012, a IE Madeira assinou contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 12.2.1074.1 com o BNDES no montante de R\$ 1.859.200 mil divididos em 6 subcréditos, nos seguintes valores:
- I. **Subcrédito “A”:** no valor de R\$ 1.296.400 mil destinado à execução de obras civis e aos demais itens gerais financiáveis necessários à implantação da Linha de Transmissão Coletora Porto Velho - RO – Araraquara 2 - SP, em ±600 kV em corrente contínua, com aproximadamente 2.375 km de extensão, objeto do Lote D do Leilão ANEEL nº 007/2008. Do montante total do crédito aprovado já foram liberados R\$ 1.182.234 mil;
 - II. **Subcrédito “B”:** no valor de R\$ 233.600 mil, destinado à execução de obras civis e aos demais itens gerais financiáveis necessários à implantação da estação retificadora na Subestação Coletora de Porto Velho - RO e da Estação inversora na Subestação de Araraquara - SP e demais Instalações de Transmissão objeto do Lote F do Leilão ANEEL nº 007/2008, à exceção dos investimentos previstos nos itens III, IV e V. Do montante total do crédito aprovado já foram liberados R\$ 107.000 mil;
 - III. **Subcrédito “C”:** no valor de R\$ 231.200 mil, destinado à aquisição, pela BENEFICIÁRIA, de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, necessários ao projeto referido no inciso II, com exceção dos seguintes: ônibus, chassis e carrocerias para ônibus, caminhões, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, chassis e carrocerias para caminhões, aí incluídos semirreboques tipo dolly e afins, carros-fortes e equipamentos especiais adaptáveis a chassis, tais como plataformas, guindastes, betoneiras, compactadores de lixo e tanques. Do montante total do crédito aprovado já foram liberados R\$ 224.000 mil;

- IV. Subcrédito “D”:** no valor de R\$ 8.300 mil destinados à implantação das Linhas de Eletrodo e Eletrodos de Aterramento nas Subestações Coletoras Porto Velho (RO) e Araraquara 2 (SP). Ainda não houve liberação;
- V. Subcrédito “E”:** no valor de R\$ 80.500 mil destinados à execução de obras civis e aos demais itens gerais financiáveis necessários à implantação da estação retificadora na Subestação Coletora de Porto Velho (RO) e da Estação inversora na Subestação de Araraquara (SP) e demais Instalações de Transmissão objeto do Lote F do Leilão ANEEL nº 007/2008, à exceção dos investimentos previstos nos incisos II, III, e IV. Ainda não houve liberação;
- VI. Subcrédito “F”:** no valor de R\$ 9.200 mil destinado a investimentos sociais no âmbito das comunidades não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do Projeto Básico Ambiental para a implantação do Empreendimento. Ainda não houve liberação.

a) Carência:

- I. Subcréditos “A”: até 15 de setembro de 2013; e
- II. Subcréditos “B”, “C”, “D”, “E” e “F”: até 15 de fevereiro de 2014.

b) Amortização:

- I. Subcrédito “A”: 192 (cento e noventa e duas) prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de outubro de 2013 e a última em 15 de setembro de 2029;
- II. Subcrédito “B”, “D”, “E” e “F”: 192 (cento e noventa e duas) prestações mensais e sucessivas, vencendo a primeira prestação em 15 de março de 2014 e a última em 15 de fevereiro de 2030; e
- III. Subcrédito “C”: 104 (cento e quatro) prestações mensais e sucessivas vencendo a primeira prestação em 15 de março de 2014 e a última em 15 de outubro de 2022.

c) Juros Incidentes:

- I. Subcréditos “A”, “B”, “D” e “E”: TJLP + 2.42% (dois inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) a.a.;
- II. Subcrédito “C”: 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) a.a.; e
- III. Subcrédito “F”: TJLP.

d) Garantias:

As seguintes garantias são compartilhadas entre o BNDES e o Banco da Amazônia S.A., na proporção dos financiamentos de longo prazo decorrentes do Contrato de Financiamento de Longo Prazo do BNDES, objeto desta aprovação, e da Cédula de Crédito Bancário FII-G-043-12/0096-3, emitida pela Companhia em 28 de junho de 2012, junto ao Banco da Amazônia S.A. vide (f) no valor total de R\$ 267.000 mil:

- I. Penhor das ações de emissão da Companhia, de propriedade das acionistas: CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (51%), Furnas Centrais Elétricas S.A. (24,5%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (24,5%), correspondente à participação de cada uma destas acionistas no capital da Companhia, em favor do BNDES e do Banco da Amazônia S.A., em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações dos contratos de financiamento;
 - II. Cessão fiduciária de todos os direitos creditórios da Companhia;
 - III. Cessão fiduciária dos direitos emergentes dos Contratos de Concessões no 013/2009-ANEEL e no 015/2009-ANEEL e dos Contratos de Prestação do Serviço de Transmissão no 010/2009 e no 012/2009, e posteriores aditivos, firmados pela Companhia com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS;
 - IV. Cessão fiduciária da conta centralizadora, das Contas Reserva do BNDES e do Banco da Amazônia, e da Conta Seguradora, todas detidas pela Companhia;
 - V. Fiança Corporativa da Eletrobrás na proporção de 49% do valor total da dívida; e
 - VI. Fianças Bancárias na proporção de 51% do valor total da dívida.
- f. Em 28 de junho de 2012, a IE Madeira assinou uma Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco da Amazônia no valor de R\$ 267.000 mil, com vencimento em 10 de julho de 2032, sendo 4 anos de carência e 16 anos de amortização ao custo de 10% a.a.. O contrato contempla prêmio por adimplência, ou seja, sendo os pagamentos realizados em suas respectivas datas de vencimento, há desconto de 15% na taxa de juros, e desta forma a taxa de juros efetiva é de 8,5% a.a.. Do montante total do crédito aprovado já foram liberados R\$ 202.096 mil.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia. A totalidade dos recursos de empréstimos e financiamentos destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de concessão.

A movimentação de empréstimos, financiamentos e debêntures são como segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Saldos em 31.12.2010	354.293	-
Captações.....	794.748	
Juros Passivos e Outros Encargos (Nota Explicativa 14)...	55.355	
Pagamentos de Notas Promissórias (Inclui Juros).....	(187.264)	
Saldos em 31.12.2011	1.017.132	-
Captações.....	1.167.938	1.715.330
Juros Passivos e Outros Encargos (Nota Explicativa 14)...	106.479	14.286
Pagamentos de Debêntures (Inclui Juros).....	(463.294)	-
Pagamentos do BNDES (Inclui Juros).....	(776.924)	-
Pagamentos de Notas Promissórias (Inclui Juros).....	(677.518)	-
Pagamentos de Juros FNO.....	-	(1.979)
Saldos em 31.12.2012	373.813	1.727.637

Cronograma de Amortização de Longo Prazo:

<u>Ano de Vencimento</u>	<u>Contábil</u>	<u>Fluxo de Caixa</u>
2014	102.743	108.061
2015	108.182	113.715
2016	113.535	116.262
2017	121.030	120.446
Após 2017	1.282.147	1.389.062
	1.727.637	1.847.546

8. PIS e COFINS Diferidos

As contribuições de PIS e COFINS incidem sobre a receita de construção e financeira, que remuneram o ativo financeiro. O total destes tributos diferidos são compostos conforme demonstrado abaixo:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
PIS e COFINS Diferido Circulante.....	12.423	-
PIS e COFINS Diferido Não Circulante..	312.637	176.094
	<u>325.060</u>	<u>176.094</u>

O recolhimento ocorrerá quando da entrada em operação da linha de transmissão e subestação, com efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro, com o início previsto para abril de 2013 e agosto de 2013, respectivamente.

9. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

A Companhia não apresenta resultados para fins da apuração do Imposto de Renda e contribuição social corrente por estar em fase pré-operacional. Portanto, o saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente das diferenças temporárias em consequência da aplicação dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC, principalmente da aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão. O montante registrado pela Companhia no passivo por imposto de renda e contribuição social diferidos é de R\$ 89.799 mil e R\$ 31.060 mil, em 2012 e 2011, respectivamente. O valor da despesa correspondente é de R\$ 59.739 mil e R\$ 25.998 mil, em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. A taxa efetiva apurada está similar à taxa nominal de 34%.

10. Parcelamento Tributário

Em 25 de maio de 2011, foi publicado no DOU – Diário Oficial União o Convênio ICMS 47, pelo qual o Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ autorizou a isenção do ICMS devido ao Estado de Rondônia, para as aquisições destinadas ao Complexo Hidroelétrico do Madeira, Usinas Jirau e Santo Antônio e Instalações de Transmissão ligadas às Usinas (inclusive IE Madeira), referente:

- a) ao ICMS sobre equipamentos importados, sem similar nacional; e
- b) do Diferencial de Alíquota (ICMS Destino) devido ao Estado de Rondônia, referente a aquisições efetuadas em outros estados brasileiros.

Em 11 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Rondônia publicou a Lei 2.538, regulamentando a isenção autorizada pelo Convênio ICMS 47/2011.

Dentre outras exigências, é previsto que a empresa interessada deverá celebrar “Termo de Compromisso” que será assinado entre a Empresa, a Coordenadoria da Receita Estadual de Rondônia e o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. Neste Termo de Compromisso deverá ser assumida a realização de Investimentos nas áreas Sociais do Estado. O valor deste investimento será negociado na celebração do Termo.

Em 26 de agosto de 2011, em julgamento de Ação proposta pelo Ministério Público de Rondônia a Juíza da 1ª. Vara da Fazenda Pública foi determinada a suspensão da eficácia da Lei 2.538/2011 e, por consequência, que a Secretaria de Estado de Finanças:

- a) se abstenha de proceder à exclusão dos créditos tributários lançados de janeiro de 2008 até a presente data, especificados na planilha feita pela SEFIN constante do ofício nº. 1478/GAB/SEFIN;
- b) suspenda a análise dos pedidos de exclusão dos créditos tributários com a finalidade prevista na Lei n. 2.538/2011;
- c) se abstenha de fornecer certidão negativa tributária valendo-se da pretendida exclusão.

Dado o exposto, a validade da Lei está suspensa e é necessário aguardar a Decisão Final da Ação Civil Pública, após a manifestação do Governo do Estado de Rondônia e/ou da Assembleia Legislativa, para que a aplicação da mesma possa ser pleiteada.

Ressalta-se que até o julgamento poderá também ocorrer da liminar ser cassada e a Lei 2.538/2011 poderá voltar a ser aplicada.

Diante da necessidade da IE Madeira de obter sua certidão negativa, e considerando a suspensão da eficácia da Lei 2.538/2011, o Governo do Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado de Finanças, Coordenadoria da Receita Estadual - SEFIN-RO parcelou o valor devido referente ao diferencial de alíquota 60 meses.

Em razão do parcelamento mencionado acima foi contabilizado no passivo circulante o valor de R\$ 3.929 mil, correspondentes as 12 parcelas, enquanto que o saldo do passivo não circulante é de R\$13.336 mil correspondentes as 41 parcelas restantes em 31 de dezembro de 2012.

11. Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social autorizado é de R\$ 1.243.000 mil em 31 de dezembro de 2012, o capital social integralizado de R\$ 956.000 mil (R\$680.000 mil em 31 de dezembro de 2011) é representado por 956.000.000 de ações ordinárias nominativas (680.000.000 em 2011), sem valor nominal. A composição acionária é como segue:

Acionistas	2012	%	2011	%
CTEEP.....	487.560.000	51,0	346.799.996	51,0
FURNAS.....	234.220.000	24,5	166.599.998	24,5
CHESF.....	234.220.000	24,5	166.599.998	24,5
Conselho de Administração..	-	-	8	0,0
	956.000.000	100,0	680.000.000	100,0

A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado, emitindo, proporcionalmente, as ações correspondentes ao capital social.

Em 2011, foram integralizados outros R\$ 438.501 mil mediante a emissão de 438.501.400 ações ordinárias, aprovados em Reuniões do Conselho de Administração, realizados em 16 de dezembro de 2009, 27 de dezembro de 2010 e 25 de julho de 2011.

O capital social integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi no montante total de R\$ 276.000 mil, conforme demonstrado abaixo:

- i. Conforme Reunião do Conselho de Administração, em 09 de fevereiro de 2012, foi aprovada a integralização de capital de R\$ 96.000 mil, concretizada em 27 de fevereiro de 2012.
- ii. Em Reunião do Conselho de Administração, em 14 de junho de 2012, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 80.000 mil, integralizada em 06 de agosto 2012 no montante de R\$ 20.000 mil e em 17 de setembro de 2012 no valor de R\$ 60.000 mil.

- iii. Em Reunião do Conselho de Administração, em 13 de setembro de 2012, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 60.000 mil, integralizada em 25 de setembro de 2012.
- iv. Em Reunião do Conselho de Administração, em 08 de outubro de 2012, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 40.000 mil, integralizada em 24 de outubro de 2012.

b. Destinação do Resultado do Exercício

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Lucro Líquido do Exercício.....	114.094	50.536
Constituição de Reservas		
Reserva Legal 5% (i).....	<u>(5.705)</u>	<u>(2.527)</u>
	108.389	48.009
Reserva Especial 25% (ii).....	<u>(27.097)</u>	<u>(12.002)</u>
Reserva de Lucros (Expansão) (iii).....	<u>(81.292)</u>	<u>(36.007)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>

- i. Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.
- ii. Considerando o atual estágio do Empreendimento, que demanda a captação de recursos através de financiamentos e aportes dos acionistas para a execução dos investimentos necessários à conclusão das obras a distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira da Companhia. Portanto os montantes correspondentes ao dividendo mínimo obrigatório pelos montantes de R\$ 27.097 mil e R\$ 12.002 mil, correspondentes aos anos de 2012 e 2011, foram registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia, segundo previsto no artigo 202 da lei 6.404.

- iii. Em linha com o descrito anteriormente, o saldo remanescente do lucro de 2012 e 2011 será destinado a uma reserva de Lucros para atender os requerimentos conforme orçamentos de Capital aprovado pelo Conselho de Administração em 11 de janeiro de 2013 e 12 de janeiro de 2012, respectivamente, condizente com o artigo 196 da mesma lei 6.404.

c. Lucro por Ação

A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	2012	2011
Lucro Líquido do Exercício.....	114.094	50.536
Média Ponderada de Ações Ordinárias (em lotes de mil)...	809.366	515.347
Lucro Básico e Diluído por Ação (em R\$).....	0,14	0,10

12. Receita Operacional Líquida

	2012	2011
Receita Operacional		
Receita de Construção - (a) (Nota Explicativa 6)..	1.416.995	1.158.796
Receita Financeira - (b) (Nota Explicativa 6).....	193.449	84.383
	1.610.444	1.243.179
Tributos sobre a Receita		
COFINS.....	(122.394)	(94.482)
PIS.....	(26.572)	(20.512)
	(148.966)	(114.994)
Receita Operacional Líquida.....	1.461.478	1.128.185

(a) Receita de Construção:

A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

(b) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

13. Custos dos Serviços de Construção e Despesas Gerais, Administrativas e Honorários da Administração

	2012			2011
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal (i).....	3.039	2.908	5.947	5.292
Material.....	638.907	104	639.011	753.320
Serviços de Terceiros.....	508.295	10.793	519.088	252.048
Depreciação.....	-	51	51	43
Outros.....	-	2.671	2.671	-
	1.150.241	16.527	1.166.768	1.010.703

i. Inclui Remuneração dos Administradores. Durante o exercício de 2012, os Administradores perceberam remuneração, a título de honorários, no montante de R\$ 1.498 mil (R\$ 1.217 mil em 2011). Não foram concedidos benefícios adicionais aos administradores.

14. Receitas e Despesas Financeiras

Receitas	2012	2011
Rendimentos de Operações Compromissadas.....	3.836	4.882
Rendimentos de Aplicações Financeiras - Realizado.....	1.533	5.699
Rendimentos de Aplicações Financeiras - Não Realizado.....	988	6
Ganhos com Operações de Hedge - Realizado (i).....	4.969	3.900
Ganhos com Operações de Hedge - Não Realizado (i).....	3.635	5.726
Descontos Obtidos.....	1.932	244
	16.893	20.457
Despesas		
Juros sobre Financiamentos - BNDES (Nota Explicativa 7).....	(64.104)	(33.566)
Juros sobre Empréstimos - Debêntures (Nota Explicativa 7).....	(28.769)	(14.525)
Juros sobre Empréstimos - Notas Promissórias (Nota Explicativa 7)...	(22.444)	(7.264)
Juros sobre Empréstimos - FNO (Nota Explicativa 7).....	(5.448)	-
Comissões.....	(10.075)	(5.113)
Perdas com Operações de Hedge - Realizado (i).....	(592)	(582)
Perdas com Operações de Hedge - Não Realizado (i).....	(5.726)	-
Outros Juros e Multa.....	(941)	(40)
Taxas/Tarifa Bancária/IOF.....	(671)	(315)
	(138.770)	(61.405)

i. Inclui as variações do valor justo das posições em aberto e de operações já liquidadas.

15. Instrumentos Financeiros

a. Identificação dos Principais Instrumentos Financeiros:

	2012	2011	Valor Justo	
			2012	2011
Ativos Financeiros				
Valor Justo Através do Resultado				
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.418	51.253	1.418	51.253
Aplicações Financeiras.....	187.936	6.621	187.936	6.621
	189.354	57.874	189.354	57.874
Empréstimos Recebíveis				
Contas Receber - Ativo da Concessão				
Circulante.....	134.299	-	134.299	-
Não Circulante.....	3.379.861	1.903.716	3.379.861	1.903.716
	3.514.160	1.903.716	3.514.160	1.903.716
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante.....	3.635	4.402	3.635	4.402
Não Circulante.....	-	1.324	-	1.324
	3.635	5.726	3.635	5.726
Passivos Financeiros				
Circulante				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures.	373.813	1.017.132	373.806	1.017.132
Fornecedores.....	35.494	68	35.494	68
Partes Relacionadas.....	729	3.817	729	3.817
Parcelamento Tributário.....	3.929	-	3.929	-
	413.965	1.021.017	413.958	1.021.017
Não Circulante				
Financiamentos.....	1.727.637	-	1.725.971	-
Parcelamento Tributário.....	13.336	-	13.336	-
	1.740.973	-	1.739.307	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme Nível II, como requerido pelo CPC vigente.

b. Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia celebrou 29 de abril de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos (NDF - Non-Deliverable Forward), designado à cobertura de risco de taxa de câmbio para a contratação de fornecimentos de equipamentos para subestações, alumínio e cabos de alumínio.

A Companhia classifica o derivativo contratado como Hedge de Valor Justo (Fair Value Hedge), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e Evidenciação e não adota política de Hedge Accounting.

A gestão de instrumentos financeiros derivativos está aderente à política de gestão integral de riscos e diretrizes de riscos financeiros da Companhia. Os resultados auferidos destas operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco faz parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela IE Madeira, conforme a seguir:

	<u>Vencimentos</u>	<u>Valor de referência (Notional)</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Valor a receber (pagar)</u>
Curto Prazo				
Posição ativa:				
NDF (Instituições Financeiras).....	Junho/13	15.401	17.311	1.910
NDF (Instituições Financeiras).....	Outubro/13	15.515	17.240	1.725
		<u>30.916</u>	<u>34.551</u>	<u>3.635</u>
Posição passiva:				
NDF (Fornecedor).....	Junho/13	(15.401)	(15.401)	-
NDF (Fornecedor).....	Outubro/13	(15.515)	(15.515)	-
		<u>(30.916)</u>	<u>(30.916)</u>	<u>-</u>
Valor Líquido.....		<u>-</u>	<u>3.635</u>	<u>3.635</u>

c. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

O valor contábil dos financiamentos e debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP e do CDI e se aproxima do valor de mercado.

O índice de endividamento é o seguinte:

	2012	2011
Circulante		
Empréstimos e Financiamentos.....	373.813	582.607
Debêntures.....	-	434.525
	373.813	1.017.132
Não Circulante		
Financiamentos.....	1.727.637	-
Dívida Total.....	2.101.450	1.017.132
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	1.418	51.253
Aplicações Financeiras.....	187.936	6.621
Dívida líquida.....	1.912.096	959.258
Patrimônio Líquido.....	1.130.452	740.358
Índice de Endividamento Líquido (i).....	169,1%	129,6%

(i) Referente ao percentual obtido entre o total da dívida líquida, dividido pelo patrimônio líquido.

Em conformidade com a instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia realiza a análise de sensibilidade aos riscos de taxa de juros e câmbio. A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos demais descritos anteriormente.

Na Companhia o risco decorre da possibilidade de perda devido à elevação da taxa de câmbio, ocasionando o aumento dos saldos dos contratos de fornecimentos de equipamentos para subestação. Para assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira a que está sujeito seu passivo não afetem seu resultado, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos – hedge cambial representando 100% do valor principal desse endividamento.

Para fins de definição de um cenário provável da análise do risco da taxa de câmbio, juros e índice de preços utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macroeconômica do país e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio e de juros em 31 de março de 2013, que são informadas nos quadros de Riscos de variação cambial e de Riscos de juros. Sobre essas taxas foram aplicadas as variações positivas e negativas 25% e 50%.

- **Risco de Variação Cambial**

Operação	Risco	Cenário Provável	R\$ Mil			
			Com Apreciação da Taxa		Com Depreciação da Taxa	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
NDF (Instituições Financeiras) Ponta Ativa	£	34.650	43.313	51.975	25.988	17.325
NDF (Instituições Financeiras) Ponta Passiva	£	(34.650)	(43.313)	(51.975)	(25.988)	(17.325)
Variação		-	-	-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros		Apreciação (Depreciação) da Taxa	25%	50%	(25%)	(50%)
Taxa da Libra - £/R\$ - Março 2013		3,30	4,13	4,95	2,48	1,65

• **Risco de Juros**

Operação	Risco	R\$ Mil				
		Cenário Provável	Risco de Elevação dos Indexadores		Risco de Queda dos Indexadores	
			Cenário II	Cenário III	Cenário II	Cenário III
Ativos e Passivos Financeiros						
Operações Compromissadas.....	98,3% a.a.	22	28	33	17	11
Aplicações Financeiras.....	96% a 100% a.a.	3.146	3.908	4.662	2.374	1.592
Notas Promissórias 3ª emissão 1º Tranche..	106,5% CDI	1.094	1.358	1.620	827	554
Notas Promissórias 3ª emissão 2º Tranche..	106,5% CDI	5.254	6.525	7.781	3.970	2.662
BNDES - Subcrédito "A"	TJLP + 2,42% a.a.	22.110	25.757	29.372	18.431	14.717
BNDES - Subcrédito "B"	TJLP + 2,42% a.a.	1.971	2.296	2.618	1.643	1.312
Variação		(27.261)	(32.000)	(36.695)	(22.479)	(17.641)
Referência para os Ativos Financeiros						
99,5% CDI - Março 2013		6,87%	8,58%	10,30%	5,15%	3,43%
Referência para os Passivos Financeiros						
99,5% CDI - Março 2013		6,87%	8,58%	10,30%	5,15%	3,43%
100,0% CDI - Março 2013		6,90%	8,63%	10,35%	5,18%	3,45%
TJLP % a.a.		5,00%	6,25%	7,50%	3,75%	2,50%
106,5% CDI		7,35%	9,19%	11,02%	5,52%	3,67%

d. Gerenciamento de Riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da IE Madeira podem ser assim identificados:

i. Risco de Crédito - a IE Madeira mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, regulando a prestação de serviços vinculados a rede básica, com cláusula de garantia bancária. Este Contrato terá início quando da entrada em operação das linhas de transmissão.

ii. Risco de Preço - as receitas (Receita Anual Permitida - RAP) da IE Madeira, a serem obtidas a partir da entrada em operação, são, nos termos do Contrato de Concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA no mês de julho de cada ano, tendo como data de referência inicial 26 de novembro de 2008.

iii. Risco de taxas de juros - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP e do CDI.

iv. Risco de Taxa de Câmbio - A Companhia eliminou o risco da taxa de câmbio, contratando Instrumento de Derivativos, designado como "hedge de valor justo", protegendo assim contratos firmados para o fornecimento de equipamentos para subestação. A Companhia não possui contas a receber e outros ativos ou passivos em Moeda Estrangeira.

v. Risco de captação - A Companhia tem captado de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.

vi. Risco de liquidez - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de aportes de seus acionistas até a sua entrada em operação no sistema de transmissão de energia elétrica. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definido, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL e estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

16. Seguros

A IE Madeira contratou o seguro garantia para cobertura pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas nos Contratos de Concessão n° 013/2009 e n° 015/2009, firmados junto à ANEEL. A vigência dos seguros iniciou-se em 26 de fevereiro de 2009 com vigência até 90 dias após o período contratual de construção das instalações de transmissão, ou seja, até 26 de maio de 2012 e 26 de julho de 2013. A importância segurada total é de R\$ 209.400 mil, sendo R\$ 109.500 mil para o Contrato de Concessão n° 013/2009 e R\$ 99.900 mil para o Contrato de Concessão n° 015/2009.

Em 25 de maio de 2012, por meio de endosso, foi prorrogado o prazo de cobertura por mais 275 dias o seguro garantia para cobertura pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas nos Contratos de Concessão n° 013/2009, expirando em 25 de fevereiro de 2013. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Em 18 de novembro de 2011, a IE Madeira contratou seguro de Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Geral para execução por parte em regime de empreitada, dos serviços de engenharia, construção civil, montagem eletromecânica e fornecimento de materiais, equipamentos e sistemas para as estações conversoras, eletrodos de terra e as linhas de eletrodos associados ao bipólo 2, nas Subestações coletoras Porto Velho e Araraquara 2. O seguro tem a vigência de 09 de novembro de 2011 até 30 de setembro de 2013.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, de acordo com edital da ANEEL 007/2008 e ou que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

17. Transações com Partes Relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

Acionistas:

Empresas	Natureza da Operação	2012		2011	
		Passivo	Custos	Passivo	Custos
FURNAS - Centrais Elétricas S.A.....	Contas a Pagar	483	260	483	-
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.....	Contas a Pagar	233	1.875	3.321	3.227
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.....	Contas a Pagar	13	-	13	-
		729	2.135	3.817	3.227

FURNAS e CHESF: ressarcimento dos custos incorridos no desenvolvimento dos estudos e projetos de engenharia e na elaboração dos relatórios ambientais das instalações de transmissão.

CTEEP: ressarcimento dos custos incorridos no desenvolvimento dos estudos e projetos de engenharia, na elaboração dos relatórios ambientais das instalações de transmissão e do contrato de engenharia.

Os valores referentes à remuneração da administração estão apresentados na nota explicativa 13.

18. Provisões para Demandas Judiciais

A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, constituiu provisão para perdas das ações judiciais e administrativas existentes em 31 de dezembro de 2012 no montante de R\$ 2.671 mil.

As causas com chance de perdas consideradas “possíveis” pelos assessores jurídicos da Companhia em 31 de dezembro de 2012 totalizavam R\$ 46.227 mil e estavam compostas por autos de infrações expedidos pelo IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e ações de constituição de servidão de natureza cível no montante de R\$ 40.340 (em sua maioria em fase de recursos administrativos) e uma ação de natureza tributária no valor de R\$ 5.887 mil (com depósito judicial no valor integral da ação).

19. Impacto Lei 12.783/13

Em 11 de setembro de 2012 foi promulgada a Medida Provisória nº 579 (regulamentada pelo Decreto nº 7.805) que foi convertida na Lei 12.783 em 11 de janeiro de 2013 e que dispõe sobre a renovação de concessões de transmissão de energia elétrica dentre outros aspectos. A Administração da Companhia entende que não há impacto a ser considerado nessas demonstrações financeiras, uma vez que a Companhia não possui contratos de concessão com vencimentos enquadrados na Lei 12.783/13.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2013.

Gersino Saragosa Guerra

Diretor Administrativo e Financeiro

Armando Ribeiro de Araújo

Diretor Técnico

Edson Fernando Gonzaga

Contador - CRC - 1SP232532/O-0 “S” RJ

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Conselheiros Titulares:		
	De	Até
Presidente		
Jorge Rodríguez Ortiz	01/01/2012	31/12/2012
Vice-Presidente		
José Pedro de Alcântara Júnior	27/04/2012	31/12/2012
José Ailton de Lima	01/01/2012	27/04/2012
Membros		
Ivo Sérgio Baran	27/04/2012	31/12/2012
Jorge Kotlarewski	01/01/2012	27/04/2012
Reynaldo Passanezi Filho	09/08/2012	31/12/2012
Celso Sebastião Cerchiari	01/01/2012	09/08/2012
Conselheiros Suplentes:		
	De	Até
Membros		
Luiz Roberto de Azevedo	01/01/2012	31/12/2012
Jorge Kotlarewski	27/04/2012	31/12/2012
Celso de Oliveira Sant'Anna	01/01/2012	27/04/2012
José Nilton Ribeiro de Araújo	01/01/2012	31/12/2012
Celso Sebastião Cerchiari	09/08/2012	31/12/2012
Elaine Aparecida Guinante Ferreira	29/06/2012	09/08/2012
Marcio Lopes Almeida	01/01/2012	25/05/2012

DIRETORIA:		
	De	Até
Diretor Administrativo e Financeiro		
Gersino Saragosa Guerra	01/01/2012	31/12/2012
Diretor Técnico		
Armando Ribeiro de Araújo	01/01/2012	31/12/2012



Condomínio São Luiz
Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 18:
Torre I - 8º Andar - Itaim Bibi
04543-900 - São Paulo, SP, Brasil
Tel: (5511) 2573-3000
Fax: (5511) 2573-5780
www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas
Interligação Elétrica do Madeira S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica do Madeira S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica do Madeira S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6


Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3


Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0